



EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

AUTUAÇÃO E PREVENÇÃO CÍVEL - AUC

Competência técnica: Processamento

Conhecimentos relacionados: Processamento em Câmara Cível

Objetivo Geral:

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas à autuação de recursos e feitos de competência originária do Tribunal de Justiça na área cível, bem como a análise técnica de prevenção e lançamento de impedimentos.

Objetivos Específicos:

- Identificar os casos de maior complexidade;
- Analisar os dados captados do processo ou recurso de forma jurídica, dando o enfoque correto à necessidade de cada caso, inclusive à luz do CPC 2015;
- Apontar corretamente a competência para julgamento do feito, seja pela classe ou pelo assunto atinente;
- Conhecer o arcabouço legal que orienta os trabalhos no âmbito do DECIV;
- Dominar a utilização das ferramentas disponíveis de acordo com a necessidade de cada processo.

Metodologia e Recursos:

Aulas expositivas, recursos audiovisuais, aulas práticas, plataforma Moodle.

Conteúdo Programático:

- Autuação:
 - Análise anterior à autuação:
 - Verificação de dados:
 - Protocolo
 - Apensos
 - Volumes
 - Classe
 - Indexação
 - Capas
 - Sentença
 - Recursos
 - Assunto
 - Coleta e análise de dados:
 - Capas
 - Principais peças processuais
 - Fontes legislativas
 - Assunto
 - Partes
 - Autos associados:
 - Objetivos



EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

- Busca
 - Códigos
- Competência:
 - Exposição
 - Fontes legislativas
 - Exemplos
- Estudo de prevenção e lançamento de impedimentos:
 - Conceito:
 - Fontes legislativas
 - Análise e lançamento de impedimentos:
 - Partes
 - Procuradores:
 - Advogados
 - Defensores
 - Procuradores dos entes públicos
 - Magistrados
 - Escritórios Jurídicos
 - Membros do MP
 - Peritos
 - Prevenções automáticas:
 - Bases no sistema EJUD:
 - Ação originária
 - Autos associados
 - Erro de migração
 - Processos mais problemáticos
 - Uso da intranet
 - Prevenções não automáticas
 - Prevenções diferenciadas
 - Mandado de Segurança (partes + assunto)
 - ADI e Arguição de inconstitucionalidade
 - IRDR
 - Reclamação do art. 988 do CPC 2015
 - Processos migrados do sistema JUD
 - Busca pelo nome das partes
 - Número de tombo
 - Análise do andamento processual
 - Usando o sistema DCP
 - Prevenções do Tribunal de Alçada
 - Busca pelo nome
 - Correspondência entre TACIV. e T.J.
- Prevenções Históricas e de Massas Falidas
- Considerações finais
 - Lançamento de todas as prevenções
 - Busca de prevenções anteriores
 - Apenso e apensado



EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

- Recurso prevento a outro ainda não distribuído (aba dependência)
 - Seleção do relator prevento
 - Seleção do Órgão Julgador prevento
 - Definição do Órgão Julgador competente para julgamento
- Feitos que devem ser remetidos para revisão na Divisão de Prevenção

Avaliação:

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

- BRASIL. Código de Processo Civil (1973). **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1993**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5869-11-janeiro-1973-357991-publicacaooriginal-1-pl.html>
Acesso em: 08 set.2022
- BRASIL. Código de Processo Civil (2015). **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 08 set.2022
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 set.2022
- BRASIL. Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979 (LOMAN). **Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp35.htm. Acesso em: 08 set.2022.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Corregedoria Geral de Justiça. **Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro**. Atualizado em: 31/10/2017. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/31404/codjerj.pdf/095078a7-68b2-4a6c-998c-9bc8b581a0ad?version=1.19>. Acesso em: 08 set. 2022
- RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro**. Dispõe sobre a competência e o funcionamento dos órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Atualizado em: 26/07/2021. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/18661/regi-interno-vigor.pdf>. Acesso em: 08 set.2022

Carga horária

30 horas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA -ESAJ
DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA – DIEPE

EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no *site* do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

Atualização: 15/09/2022

Revisão: 02